



Ministério da Justiça
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ATA

**161ª ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO
CONANDA**

Brasília, 16 e 17 de abril de 2008.

Local: Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios, Anexo II, Sala 425.

**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
CONANDA**

BRASÍLIA, 16 E 17 DE ABRIL DE 2008.

Conselheiros presentes: Maria Luiza Moura Oliveira – Presidente do CONANDA, Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski – Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, José Ricardo Calza Caporal – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços, Benedito Rodrigues dos Santos – Secretário Executivo CONANDA, Manoel Onofre de Souza Neto – ABMP, Carmem Silveira de Oliveira – Vice-presidente CONANDA, Tiana Sento-Sé – IBISS, Miriam Maria José dos Santos – Salesianos, Maria Aurilene Moreira Vidal – CNBB/Pastoral do Menor, Maria do Socorro Fernandes Tabosa – Secretária Executiva, SPDCA, Solange Stella Serra Martins – MDS, Antônio Pereira da Silva Filho – FENATIBREF, Eliane Monteiro Bispo Campelo – Consultora Técnica, Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes, Beatriz Hobold – Pastoral da Criança, Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de Direitos Humanos, Eliane Monteiro Bispo Campelo – Consultora Técnica, Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes, Fábio Feitosa da Silva – UBEE, Cristina de Fátima Guimarães – SEPPIR, Glícia Thais Salmeron de Miranda – OAB, Maria Ignês Rocha de Souza Bierrenbach – ABRINQ, Ariel de Castro Alves – Movimento Nacional de Direitos Humanos, Deuzinéa da Silva Lopes – Ministério do Trabalho e Emprego, Renato Mendes – Coordenador do IPEC, Iza Oliveira – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Mariana Bandeira de Mello – Casa Civil, Raimunda Núbia Lopes da Silva – CUT, Veet Vivarta – Secretário Executivo – ANDI, José Eduardo Elias Romão – Ministério da Justiça.

Secretário Executivo: Benedito Rodrigues dos Santos.

Convidados: Sr. Renato Mendes (Coordenador do IPEC) e Sr. Veet Vivarta (SE/ANDI).

ITEM 1 – Abertura.

A Presidente da reunião Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (CONANDA)**, cumprimentou a todos dando as boas - vindas aos membros do Conselho.

1- Definição de composição, Coordenação e Relatoria da Comissão. A Presidente do CONANDA solicitou esclarecimentos a respeito das Comissões e se as mesmas já tinham definido os respectivos Coordenadores e Relatores. Sobre o questionamento feito pela Presidente do CONANDA, a Conselheira **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski (MNMMR)**, informou que na Comissão de Políticas Públicas a Coordenadora designada havia sido a Conselheira Thereza De Lamare na coordenação e o relator o Conselheiro **Fábio Feitosa da Silva – UBEE**. O Conselheiro **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)**, informou que o Coordenador da Comissão de Orçamento era ele mesmo e o relator ainda não havia sido definido. Ato seguido pela Presidente do CONANDA, informando que a Comissão de Mobilização ainda não havia definido o relator, mas que já havia indicação de nomes. Quanto ao relator da referida Comissão, a indicação foi da Conselheira **Glícia (OAB)**. Desta forma, a Comissão de Mobilização e Orçamento se encontra sem os respectivos relatores. Na continuação, colocou que almejava que no final dos trabalhos deste Conselho fosse definida a questão dos relatores e assim dar continuidade ao segmento proposto pela Mesa Diretora, de proceder às reuniões mais frequentemente. Colocou ainda, acerca da implantação e implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Na continuidade, teceu breve comentário a respeito das apresentações a serem feitas, bem como as estratégias dos seguintes segmentos: Comitê de Enfrentamento, Comissão Intersetorial para a reedição do Plano Nacional e apresentação do Programa de Enfrentamento da Violência Sexual da SPDCA, bem como a apresentação da programação do 18 de maio, no Rio de Janeiro, pela Comissão Interministerial, apresentação da proposta da organização e programação do III Congresso Internacional de Enfrentamento da Violência Sexual pelo Comitê Organizador Internacional.

2 - Detalhamento do Plano de Comemoração dos 18 anos do ECA.

A Conselheira **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski (MNMMR)**, solicitou esclarecimento sobre quem estaria fazendo a apresentação do primeiro item da pauta,

Balanco e Implementação da Política Nacional. Sobre o assunto, a Presidente do CONANDA, informou que a princípio seria a Sra. Neide Castanha como representante do Comitê de Enfrentamento, mas que a mesma havia informado que não poderia se fazer presente nesta reunião por problemas de agenda. O Conselheiro **Manoel Onofre de Souza Neto (ABMP)**, colocou a respeito das conseqüências primordiais da Assembléia Descentralizada e que a mesma deve gerar algum produto que tenha uma aplicação prática, uma aplicação em que o CONANDA possa fazer uso para construir algo de forma concreta. Do ponto de vista do Conselheiro a parceria prevista entre o Plano Nacional e o Comitê de Enfrentamento não foi concretizada no que diz respeito ao monitoramento. Na continuidade colocou da sua preocupação em relação ao CONANDA e da sua atividade de cunho nacional que é de revisar e retomar o Plano Nacional e assim, avaliar as ações que foram colocadas em prática ou não. Com relação ao Plano Nacional criado no ano 2000 em Natal no Rio Grande do Norte, questionou a respeito de como o mesmo se encontrava, visto que, o referido Plano era bastante ambicioso e fora da realidade, deste modo, o Conselheiro Manoel Onofre quis obter informações de como o Comitê responsável pelo monitoramento estava encaminhando o referido Plano, pois no encontro de Florianópolis procurou-se resgatar o que de fato, o Plano Nacional tinha produzido, se eram questões soltas ou apenas relatórios. Em seguida, colocou que a composição do Comitê de Enfrentamento, da forma como se encontra, era uma composição difícil de se administrar, por esse motivo essas questões abordadas serão encaminhadas para a Audiência Pública objetivando ter subsídios que possam servir de norteadores para a execução do Plano Nacional. O CONANDA precisa participar ativamente desse processo. Diante de todas as dificuldades observadas o Conselheiro **Manoel Onofre (ABMP)** colocou enfaticamente da necessidade de ter todas as questões esclarecidas e resolvidas, para não correr riscos de não ter condição de pautar e apresentar o Plano Nacional na realização do III Congresso Mundial de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Sobre as colocações do Conselheiro **Manoel Onofre (ABPM)** esclareceu que muito se tem falado e agido no sentido de viabilizar todo o processo no que se refere à organização de pauta e agenda e que constantemente tem tido informações através da Sra. Neide Castanha (ECPAT/NACIONAL) sobre a realização de diversas reuniões regionais e que nas mesmas, que o Plano Nacional não tem o destaque que deveria ter, portanto o Plano Nacional ainda é apenas uma referência e não o escopo que deveria ter no nível das ações deste Conselho, deste

modo, o CONANDA deve procurar acertar nas decisões que devem ser tomadas, verificando a possibilidade de implantar agendas comuns e de interesse comum, ou seja, as metas deverão ser traçadas a partir de um trabalho coletivo e de resgate das ações propostas no Plano Nacional. Ainda sobre o assunto, a Dra. **Carmem Silveira de Oliveira (Vice-presidente CONANDA)**, informou que nem todos os componentes do Comitê Nacional são filiados ao ECPAT Nacional, sendo que o próprio, é o ponto de referência da sociedade civil na organização do III Congresso Mundial de Crianças e Adolescentes. A seguir, colocou a sua visão a respeito do Plano Nacional, a saber: a Comissão Intersetorial, diz respeito às ações que o Governo Federal tem em parceria com organismos internacionais, sociedade civil, CONANDA, mas cabe ao CONANDA coordenar a elaboração, a formulação de uma política temática. E se o CONANDA entender que por fazer parte da Comissão Intersetorial, a Comissão pode ser um grupo de trabalho que faça a formulação. Desta forma, esse fato não exige a necessidade de que a proposta elaborada na Comissão Intersetorial, passe pelo crivo do CONANDA, pela sua análise, pela sua devida aprovação. Conseqüentemente, o Comitê Nacional compõe a Intersetorial, mas não caberia ao mesmo, fazer a liderança do processo da construção do Plano Nacional. A Conselheira **Tiana Sento-Sé (IBISS)** lamentou a falta de consenso e identidade entre o Comitê e ECPAT. Logo após solicitou esclarecimentos sobre a definição do que é de responsabilidade do Comitê e o que é de responsabilidade do **ECPAT**. A Presidente do CONANDA informou que havia participado de uma reunião do Comitê no Rio de Janeiro e percebeu a existência de uma relação embaraçosa entre o Comitê e o **ECPAT**. Na seqüência, solicitou que fosse definido e socializado para os membros presentes o papel do ECPAT no Plano Nacional e assim identificar as relações estabelecidas entre ECPAT e as ações do Brasil no Enfrentamento à Violência Sexual. Na continuação, houve um debate e a Conselheira Maria do Socorro Tabosa (SPDCA) corroborou acerca do debate fazendo um breve relato sobre a criação da Comissão Intersetorial e que a mesma havia sido criada no âmbito do Governo Federal, ressaltando ainda, que o Comitê Nacional é uma instância legítima, criada para mobilização da sociedade civil e monitoramento das ações do Plano Nacional. Sendo assim, o Plano Nacional surgiu através de uma grande mobilização da sociedade civil, e dele subtraiu-se um segmento que tem uma coordenação colegiada. Informou ainda, que o Governo Federal a partir da decisão do Presidente da República em dar prioridade, e por entender que trabalhar com criança e adolescente, se faz necessário uma articulação de políticas públicas, surgiu a

Comissão Intersetorial. O próprio Presidente solicitou aos ministros que se reunissem e pautassem nas suas agendas a questão da violência sexual, principalmente a questão da exploração sexual. A primeira reunião ministerial foi composta por vários Ministros de Estado e os mesmos perceberam que, a sociedade civil tinha um avanço significativo no enfrentamento da violência sexual, portanto, a Comissão Intersetorial teria necessidade de agregar atores sociais. A partir dessa primeira reunião foi firmada parceria com as organizações da sociedade civil, organismos internacionais; sendo que atualmente a Comissão "in loco" se reúne mensalmente articulando politicamente as ações. A seguir exemplificou o funcionamento da Comissão, a saber: campanha do carnaval feita de forma articulada com o Ministério da Saúde, Desenvolvimento Social, Turismo, Comitê Nacional, SEST e SENAT, sendo assim, a referida Comissão é puramente executiva, uma vez que, a mesma trabalha a articulação de políticas públicas. o Comitê Nacional tem caráter diferenciado, pois trata da mobilização da sociedade civil, do fomento das discussões de violência sexual. Corroborou ainda, sobre a necessidade do CONANDA organizar reuniões para discutir o tema da violência sexual em todos os segmentos: Logo em seguida, a Conselheira **Solange Stella Serra Martins (MDS)** contribuiu colocando da necessidade de buscar alternativas de consenso para a questão do impasse entre o Comitê e o ECAPT e a discussão deflagrada nesta reunião havia sido excelente, uma vez que foi possível detectar o foco do desencontro, colocando que o momento propício era este, de estar fazendo as devidas articulações por dois motivos, a saber: a questão da revisão do Plano que é fato e se encontra na rua; Congresso Internacional do ECPAT. Essas duas questões exigirão muito de todas as pessoas envolvidas no processo, visto que, será necessário ter uma articulação intensa com as duas outras instâncias: Comitê e Comissão. Colocou ainda, ser favorável que o CONANDA realize uma reunião com o Comitê e a Comissão objetivando limpar algumas questões e definir papéis, principalmente na questão da revisão do Plano Nacional. O Conselheiro **Manoel Onofre de Souza Neto (ABMP)** colocou concordar com a posição da Conselheira **Solange (MDS)**, quanto à necessidade de ter estratégias e tranquilidade para administrar a crise existente e, assim não perder uma série de questões que foram construídas e elaboradas. Contudo, existem questões prementes, como tirar o viés político, ou seja, de que forma será feito o enfrentamento sobre a questão, lembrando ainda, que a estrutura do Comitê, na última reunião, havia sido colocada em risco. Na continuidade, informou que a ABMP, juntamente com a ANCED, estavam elaborando

uma proposta de organizar um novo Comitê, modificando uma série de questões, levando, em consideração às instâncias que estão em nível local. Não havendo quem ainda quisesse fazer o uso da palavra, a Sra. Presidente **Maria Luiza Moura Oliveira (CONANDA)** deu encaminhamento à matéria com as contribuições dadas que é a retomada do processo e a realização de uma reunião com as três instâncias: CONANDA, Comissão Intersetorial e Comitê. A reunião das três instâncias deverá acontecer antes do dia 18 de maio, visto que, há necessidade de ter um olhar especial e alinhar a questão da exploração sexual. Na seqüência, o Sr. **Benedito Rodrigues dos Santos (SE/CONANDA)** complementou o encaminhamento dado pela Sra. Presidente quanto à realização da reunião conjunta com as três instâncias, definindo quem seria os participantes da mesma, a saber: Mesa Diretora, representando o CONANDA que são os coordenadores das Comissões, Presidência e Vice e Secretaria Executiva. A reunião deveria acontecer antes da Assembléia Descentralizada, sendo que a data deverá ser definida o quanto antes. Logo em seguida, a Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente CONANDA)**, solicitou que a Sra. **Maria do Socorro Tabosa (SE/SPDCA)**, relatasse o próximo item da pauta.

3- Apresentação do Programa de Enfrentamento à Violência Sexual da SPDCA.

A Sra. **Maria do Socorro Fernandes Tabosa (SE/SPDCA)**, fez a introdução do tópico fazendo um breve histórico das ações pautadas nos projetos, bem como, o apoio e as contribuições recebidas dos membros deste Conselho. Na continuidade, colocou que ela não era mais a coordenadora do Programa por razões de reordenação e demanda da Subsecretaria, por este motivo a Leila Paiva estava assumido a coordenação. A seguir, socializou as ações executadas pelo Programa em 2003, bem como, o orçamento da Secretaria de Direitos Humanos para essa temática e da Comissão Intersetorial. Em relação à Comissão Intersetorial colocou que a mesma foi composta com a finalidade de trabalhar tecnicamente a articulação de políticas para a temática, sendo assim, os Ministérios deveriam pautar nas suas agendas a questão do Programa. Corroborou ainda, sobre proposta metodológica de intervenção e do acordo de cooperação técnica do Governo Federal assinado em 2002 com a USAID, que previa a capacitação de Conselhos Tutelares de seis municípios e a capacitação de equipes do programa Sentinela de seis municípios, a incorporação do mesmo à criação do PAIR, com participação do Ministério da Saúde, da Justiça, do Desenvolvimento Social, do Turismo. As ações do PAIR foi coordenado pela

Secretaria Especial de Direitos Humanos, USAID e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 2004, devido à demanda do Programa foi criado um Projeto para a Petrobrás, que apoiou – o e implementou o Disque Denúncia, sendo que atualmente, o mesmo atende 96 denúncias diariamente. Informou ainda, sobre a construção de um Plano de Pedofilia e Pornografia na Internet. A existência do Programa Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nasceu da articulação da Secretaria de Direitos Humanos com metas de ações estabelecidas de dois anos, ações para 2008 e 2009. Está prevista para o ano em vigor uma reunião internacional junto com a WCF onde será discutido, o que é inquirição especial de crianças e adolescentes e qual o modelo que o Brasil pode incorporar. Logo em seguida a Sra. **Eliane Monteiro Bispo Campelo (Consultora Técnica, Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes)** complementou as colocações feitas pela relatora anterior, colocando sobre o Planejamento previsto para 2008, 2009 e 2010, das diretrizes para tema, a necessidade de pensar as ações articuladas pautadas desde o Plano Nacional e dentro da coordenação da Comissão Intersetorial e assim, verificar a forma que os diferentes atores contribuem, pensam, implementam e avaliam políticas públicas voltados para a temática. O Programa "in loco" deve estar consoante com a Agenda Social, especificamente com a Agenda Social Criança e Adolescente lançada pelo Presidente Lula em outubro de 2007, no qual foi colocada pelo Governo Federal a prioridade, na perspectiva da proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. A grande diretriz do tema é a relação com Disque Denúncia e das ações previstas para o mesmo, pautado nas atuações da internalização que é o fortalecimento dos Disques locais; a internacionalização é a experiência das cidades-gêmea na perspectiva do MERCOSUL com atendimento em espanhol na formulação de políticas públicas de enfrentamento em nível internacional. Na continuação, a Sra. **Eliane Monteiro Bispo Campelo** socializou os valores dos recursos da Secretaria e da Subsecretaria e recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente. O aporte geral é de R\$ 9.289.592,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais); SPDCA é R\$ 2.750.300,00 (dois milhões setecentos e cinquenta mil e trezentos reais); do Fundo, R\$ 6.539.292,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, duzentos e noventa e dois reais). Ainda sobre a matéria, a Dra. **Carmem Silveira de Oliveira (Vice-presidente CONANDA)** agregou um informe referente à pedofilia na Internet tecendo breve relato desde a

implantação e constituição de um GT a partir Comissão Intersetorial chamado GTPIN chamado para trabalhar o problema de pornografia e pedofilia na Internet e da construção de um Plano de Trabalho. O Plano de Trabalho não teve segmento na sua efetividade e implantação. No ano de 2007, o referido Plano foi retomado através de uma consultoria contratada especificamente para essa finalidade e que não havia dado certo, desta forma, foi necessário voltar o olhar para o antigo Plano esboçado em 2004 e a partir do mesmo traçar metas para a questão da Pedofilia na Internet. Ainda sobre o assunto, a Sra. **Eliane Monteiro Bispo Campelo (Consultora Técnica, Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes)** acrescentou que atualmente, o Disque Denúncia Nacional, tem um trabalho junto com os Ministérios Públicos, no qual são feitos encaminhamentos on-line das denúncias para o Ministério Público. Passada a palavra aos presentes, a Conselheira **Miriam Maria José dos Santos (Salesianos)** solicitou esclarecimentos a respeito do Disque 100 como fortalecimento dos Disques local, assim como, à ação colocada na questão da legislação, do Depoimento sem Dano e aborto. Na questão do financiamento das ações de 2008 que estão no Fundo, questionou se a Comissão de Orçamento está fazendo um estudo sobre o assunto e se o mesmo será socializado na reunião plenária para a deliberação. A Conselheira **Beatriz Hobold (Pastoral da Criança)** questionou se existia ação preventiva. Na continuidade, o Conselheiro **Ariel de Castro Alves (Movimento Nacional de Direitos Humanos)** colocou que de acordo com a sua visão, a área que mais se teve avanço foi o Programa apresentado, tanto na Secretaria Especial de Direitos Humanos, como no CONANDA, essa conquista foi devido à priorização dada pelo Presidente Lula priorizou desde o seu primeiro mandato. Na seqüência, solicitou informações a respeito de como é feito o contato com os Conselhos Tutelares, quais as dificuldades e a do Disque 100 com o SIPIA. A Sra. **Eliane Monteiro Bispo Campelo (Consultora Técnica, Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Criança e Adolescentes)** esclareceu que o aborto legal, ele é previsto em lei, deste modo, é necessário garantir para as adolescentes que procuram o Disque Denúncia Nacional, de que existe uma rede em que ela está amparada legalmente. Em relação à ação preventiva no do Pará e a Transnordestina, colocada pela Ir. Beatriz Hobold informou que esse aspecto era um desafio, visto que, na ocasião da discussão da Lei de Desenvolvimento Sustentável e a proteção da criança e adolescentes havia sido pautado, inicialmente, pela BR163, sendo que é necessário que essas ações sejam

colocadas e pautadas pelo CONANDA para a definição e direcionamento das ações para essas regiões. Feitas todas as considerações e esclarecimentos passaram-se para o próximo item da pauta.

4 - Apresentação da Proposta de Organização e Programação do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual pelo Comitê Organizador Internacional.

O tema foi relatado pela Dra. Carmem Silveira de Oliveira (Vice-Presidente CONANDA) que socializou a Logomarca do Congresso que vem acompanhando desde a realização do I Congresso, portanto, a mesma está na sua 3ª edição com o diferencial das cores que foram utilizadas as cores da bandeira do Brasil. Na seqüência, fez uma apresentação do processo histórico dos Congressos anteriores e que o III Congresso que será realizado no Brasil é uma seqüência dos eventos anteriores, o primeiro foi realizado na Suécia, em Estocolmo em 1996 e o segundo no Japão, em Yokohama, em 2001. A realização do III Congresso nasceu por uma iniciativa do ECPAT Internacional. Colocou ainda, sobre o Documento Final, onde são consensuados os compromissos para os países decorrentes. Em um encontro com a primeira dama Sra. Marisa Letícia com a rainha Silvia da Suécia, esta fez um apelo à primeira dama para que o Brasil se oferecesse para sediar o evento. Informou ainda, sobre a constituição do Comitê Internacional responsável pela organização do evento e do local onde será realizado o Congresso. O III Congresso será realizado no Rio de Janeiro no espaço do Rio Centro no período de 25 a 28 de novembro de 2008. São aguardadas cerca de 130 delegações dos países. Dos três mil participantes se pretende que 10% sejam adolescentes. O público alvo são representantes de governos e ONGs, atores do sistema de garantias de direitos, militantes, formadores de opinião e os próprios adolescentes. Há um representante de adolescentes no Comitê Organizador Central a partir da próxima reunião. No Congresso, está prevista a participação dos adolescentes apresentando painéis, oficinas e na elaboração do Documento Final. A logística diferenciada é estar promovendo no decorrer do Congresso atividades culturais, passeios, objetivando maior troca de experiências entre os jovens e o país que os recebe. Pretende - se utilizar a mídia juvenil como ferramenta de mobilização, tanto no pré-Congresso como na cobertura do Congresso. O Congresso tem como objetivo a mobilização internacional, sendo que no III Congresso, os desafios foram: analisar os novos cenários na contemporaneidade;

identificar avanços e lacunas no Marco Legal e responsabilização; compartilhar experiências em função das críticas às edições anteriores, uma vez que, houve muito pouca troca de experiências de políticas; definir estratégias e metas possíveis de serem pactuadas em cooperação internacional. Na continuidade, destacou que um Congresso, não tem o mesmo papel que as Nações Unidas têm em termos de pactuação, de cooperação internacional, mas, um Congresso reforça novas pactuações no âmbito das Nações. O tema central definido foi: "Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, Proteção contra a Exploração Sexual, por uma Visão Sistêmica". São cinco subtemas, a saber: "Forma de Exploração Sexual Comercial e seus Novos Cenários; O marco legal e a responsabilização; Políticas Intersectoriais Integradas; Iniciativas de Responsabilidade Social". Na seqüência, foram feitas várias considerações e contribuições ao tema apresentado. E para finalizar, a Dra. Carmem de Oliveira (Vice - Presidente do CONANDA), sugeriu ao CONANDA que mobilizasse os Conselhos Nacionais dos demais países mesmo aqueles que não têm o mesmo formato que o CONANDA tem que é paritário e deliberativo. Informou ainda, que o lançamento oficial do III Congresso será feito na semana do 18 de maio, no Rio de Janeiro, com a participação da primeira-dama, D. Marisa Leticia, que foi escolhida como presidente de honra do evento e na qualidade de presidente de honra do evento, a D. Marisa está convidando a rainha Silvia da Suécia como madrinha do evento.

DIA 17 DE ABRIL

Os trabalhos foram reabertos pela **Presidente do CONANDA** com a socialização da pauta, a saber: a - **Período Matutino**: Aprovação das Atas das 158ª, 159ª e 160ª Reuniões; Eleição das prioridades do CONANDA para 2008. Apreciação da Minuta sobre os Fundos dos Direitos e informes da Comissão de Orçamento e Finanças. B - **Período Vespertino**: Votação das matérias da Comissão de Políticas Públicas: 1) Proposta de posicionamento sobre criação da Agência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais encaminhamentos da matéria; 2) Apreciação do parecer da Comissão sobre o Relatório de Monitoramento do Plano Presidente Amigo da Criança; 3) Apreciação do parecer da Comissão sobre versão preliminar dos parâmetros para abrigamento; 4) Apreciação da proposta de definição das políticas e do Plano Decenal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente a ser votado pela Conferência Nacional DCA 2009. Votação das matérias da Comissão de

Mobilização e Capacitação: 1) proposta de participação da Campanha Plataforma para candidatos a prefeitos da Frente Parlamentar; 2) votação do Plano Comemoração dos 18 anos do ECA; 3) Plano de Discussão, Consulta Pública e aprovação da Minuta de Resolução e Projeto de Lei sobre criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares; 4) estudo de viabilização de aquisição do Sistema de Informação desenvolvido pela L&C; 5) consultoria apresentada na reunião de fevereiro de 2008.

1 - Aprovação das Atas. A Conselheira **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski (MNMMR)** informou que a situação das Atas precisa ser revista, pois na agenda dos trabalhos propostas constam à aprovação de três Atas, sendo que na pasta havia apenas a Ata do mês de fevereiro, a seguir colocou enfaticamente que no dia da Reunião Plenária, as mesmas deveriam estar anexadas na pasta para serem apreciadas e deliberadas. Igualmente, as Atas devem ser encaminhadas para todos os Conselheiros com certa antecedência afim de que sejam feitas as devidas contribuições. Na seqüência, informou que na Ata do mês de fevereiro ela havia pontuado 15 questões em cada página. Sobre esse assunto, a Sra. Presidente **Maria Luiza Moura Oliveira**, opinou que as Atas fossem aprovadas e deliberadas no período da tarde, uma vez que, poderá ser estabelecido a dinâmica das mesmas. Na continuidade, o Sr. **Benedito Rodrigues dos Santos (SE/ CONANDA)** corroborou a respeito das dificuldades vivenciadas com relação à elaboração das Atas e das transcrições feitas e que ele mesmo havia devolvido seis meses de transcrições e de atas para a empresa que havia ganhado a concorrência, deste modo, todo o material foi devolvido para empresa prestadora desses serviços e a mesma informou que o material estaria nesta reunião, portanto, não foi cumprido o que ficou acordado. Ainda, sobre a matéria a **Dra. Carmem Oliveira (Vice Presidente do CONANDA)** socializou sobre a determinação implantada no ano de 2007, em que fosse publicada no Diário Oficial apenas a Súmula da ata das plenárias devido ao valor oneroso da publicação. Sendo assim, a Ata na integra e transcrição estará disponível na Internet para consulta. Na continuação, a Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente CONANDA)** convidou os representantes da OIT e ANDI para fazerem o uso da palavra. O Sr. **Renato Mendes (Coordenador do IPEC)** iniciou o relato informando ser Coordenador do IPEC - Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil da OIT no Brasil. Logo em seguida, fez breve relato acerca da celebração do dia mundial contra o trabalho infantil no dia 12 de junho. A comemoração do dia 12 de

junho de 2008 terá um diferencial, visto que, foram agregados dois elementos particulares: 1) a Conferência Internacional do Trabalho realizada anualmente no final de maio e início de junho em Genebra, sendo que na Conferência de 2007, decidiu que dentro dos problemas mundiais relacionados ao trabalho infantil, a educação deve ser tema prioritário para o biênio. Desta forma, a educação será o tema da mobilização deste ano e tema central das ações da OIT, em termos do trabalho infantil nos próximos dois anos. Por conseguinte, ficou determinado o lema: "Educação: resposta certa contra o trabalho infantil". A proposta é mobilizar, de modo a focar vários setores da população brasileira. A sugestão do Fórum Nacional, juntamente com OIT e CNTE é fazer uma mobilização nacional envolvendo prioritariamente crianças, adolescentes, professores e demais integrantes da comunidade educativa. Tendo em vista os 18 anos do Estatuto da Criança e Adolescente, o Plenarinho vai desenvolver um concurso sobre propostas legislativas relacionando educação e trabalho infantil para serem apresentados no Congresso no dia 12 de outubro de 2008. Diante do exposto, solicitou ao CONANDA unir forças e assim formar parceria, dentro do marco dos 18 anos do ECA no sentido de resgatar juntos o processo da educação como elemento central da proteção integral da criança e do adolescente. A Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente CONANDA)** agradeceu o convite da OIT informando que o CONANDA estaria abraçando a causa apresentada através da mobilização das redes e parcerias com a finalidade de levar o tema apresentado adiante. Logo após foram feitas várias considerações de apoio a OIT na campanha do dia mundial contra o trabalho infantil. Logo em seguida, o Sr. **Benedito Rodrigues dos Santos (SE/CONANDA)**, solicitou a Sra. **Iza Oliveira (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil)** que fizesse um breve relato sobre a revisão do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil. Ato seguido pela Sra. **Iza Oliveira** que colocou que a revisão do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil não tem sido tarefa fácil, uma vez que no Brasil são construídas políticas diretrizes e estratégias muito gerais, desta forma não é possível acompanhar e monitorar o que está sendo realizado efetivamente ou interferir no problema que necessita de solução. Sobre o Plano de Erradicação do Trabalho Infantil foram feitas, ao longo do semestre de 2007, muitas reuniões, oficinas técnicas de avaliação e constatou-se que existem inúmeros problemas metodológicos, políticos e articulação dos parceiros que teriam maior responsabilidade para implementá-lo. No dia 23 de maio, a Subcomissão constituída no âmbito da CONAET, responsável pela apresentação da proposta de

revisão do Plano estará se reunindo pela primeira vez, o que provavelmente irão revisar o conjunto das ações consideradas amplas. Na seqüência, o Sr. **Veet Vivarta (SE/ANDI)** agradeceu a oportunidade de se fazer presente no espaço do CONANDA, logo após informou sobre o lançamento da 1ª Publicação da ANDI na noite de hoje em São Paulo. Ainda sobre a matéria, fez um breve histórico colocando sobre o mérito do evento, uma vez que a Publicação da ANDI está voltada especificamente para o público acadêmico, sendo que a mesma foi iniciada há dois anos, com apoio da Fundação Kellog, objetivando fortalecer a interação com as universidades, especificamente com os cursos de jornalismo das faculdades brasileiras em função da grande lacuna nos currículos das faculdades de jornalismo em relação à Agenda Social, aos Direitos da Infância e Adolescência. A estratégia estabelecida tem sido positiva, visto que, atualmente ANDI já firmou parceria com nove faculdades de comunicação na implementação da disciplina com o título de Políticas Públicas Sociais e Jornalismo. Com a estruturação da disciplina, a ANDI tem dado um suporte no que se refere à assistência na estruturação da disciplina através de especialistas em temas ligados à Agenda Social, Políticas Públicas, Orçamento Público e Direitos da Infância. Os especialistas são convidados e apresentam o conteúdo da aula semanal para os alunos. Devido à demanda muito grande das universidades, a solução encontrada pela ANDI foi desenvolver um livro texto que pudesse permitir uma adoção mais ampla, de norte a sul do país, em relação a essa temática. **José Eduardo Elias Romão (Ministério da Justiça)** parabenizou a ANDI, bem como, os autores do trabalho pela iniciativa de produzir conteúdos com o referido colocado pelo Sr. **Veet Vivarta (SE/ANDI)**. Logo após, solicitou registrar que a ANDI é uma Entidade Social, uma Organização não Governamental que vale por pelo menos 100 órgãos públicos, devido ao trabalho que a mesma tem desenvolvido para o país, para a consolidação das instituições democráticas e, sobretudo, a realização de direitos humanos e consolidação do Estado Democrático de Direitos, no Brasil. A Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente CONANDA)** dirigiu-se ao Sr. **Romão (MJ)** solicitando esclarecimentos a respeito da classificação indicativa quanto à programação das TVs e do fuso horário. A esse respeito, o Sr. **Romão (MJ)** corroborou sobre a existência de um Projeto de Lei aprovado pelo Senado que reduzia o fuso horário do Acre incorporando o Estado do Acre e alguns municípios da região norte, Estado do Amazonas, ao fuso horário menos uma hora em relação à Brasília. O referido Projeto foi proposto pelo Senador Tião-Viana há alguns anos sem qualquer vinculação com o

tema infância ou proteção. Colocou ainda, da existência de um debate que se dirige à integração do Estado do Acre e dos municípios ao fuso menos uma hora, sendo que, há outro debate sobre a vigência integral da portaria da classificação indicativa e esse debate é do interesse do CONANDA. O Presidente da República decidiu sancionar esse Projeto, portanto não haverá qualquer tipo de veto ao Projeto de Lei integrando, o Acre e alguns municípios do Amazonas ao fuso de menos uma hora. Com relação à classificação indicativa, houve uma mobilização dos senadores da base do Governo, dirigida ao Ministério da Justiça para que houvesse a revogação da Portaria. O Senador Arthur Virgílio apresentou um Decreto Legislativo, um Projeto que revogaria integralmente a Portaria. Diante desse fato, os parlamentares, os senadores da base se mobilizaram antecipando-se ao movimento do Senador Arthur Virgílio conscientizando sobre a necessidade de resolver o impasse estabelecido, desta forma, foram realizadas duas reuniões, com a presença do Ministério Público, senadores da base do governo, onde foi possível constatar que o Ministério da Justiça não tem problemas a resolver quanto à classificação indicativa, e sim a Rede Globo, uma vez que, após analisar objetivamente a grade horária das emissoras cabeças-de-rede, todas elas se adaptaram, atendendo as exigências melhorando e adequando a programação de acordo com a faixa etária da criança e adolescente, em alguns casos só ao adolescente. Atualmente, existe um problema localizado da novela Duas Caras da Rede Globo de televisão. Sendo assim, o problema isolado foi apresentado para os parlamentares com o objetivo de que sejam tomadas as medidas cabíveis. Na continuidade agradeceu enfaticamente ao CONANDA, pois sem a evocação da mesma e da ANDI não seria possível conseguir vitória na classificação indicativa. Em seguida, dirigiu-se para a Conselheira Júlia (...) fazendo elogios consideráveis, visto que, a mesma representa, o esforço concentrado pela realização da classificação indicativa, nomeadamente ao Conselho Federal de Psicologia. Na continuidade, foram feitas as devidas considerações acerca do tema. Dando continuidade aos trabalhos, a Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente CONANDA)** solicitou à Comissão de Orçamento que fizesse o seu relato.

2 - Apreciação da Minuta sobre os Fundos dos Direitos e informes da Comissão de Orçamento e Finanças.

O Sr. **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)** iniciou o seu relato socializando a Minuta da Resolução montada com os parâmetros para criação e funcionamento do

Fundo Nacional, Estaduais, Distritais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual teve início em meados de ano de 2006. A referida Minuta deverá ser analisada pelo CONANDA e assessoria jurídica, sendo que o Ministério Público Federal manifestou interesse em participar e acompanhar todo o processo. O Conselheiro **Manoel Onofre de Souza Neto (ABMP)** fez uma intervenção para colocar do interesse que a ABMP tem em trazer o Ministério Público Federal para dentro do CONANDA com a finalidade de acompanhar as causas e questões surgidas no âmbito federal. A ABMP pretende fazer um trabalho em parceria com o Ministério Público através da presença de uma Procuradora que deverá participar das reuniões e assim acompanhar de perto as questões que se fizerem necessárias. O conselheiro **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)** complementou que a aproximação do Ministério Público Federal ao CONANDA é uma força, pois significa agregar mais um órgão federal na defesa da criança e do adolescente. Retomando a Minuta informou que ainda falta concluir, visto que, existem observações a serem integradas na mesma, bem como, há necessidade dos conselheiros realizarem a leitura para a formatação do texto da Minuta com as contribuições necessárias por parte dos membros deste Conselho. Será dado prazo para que as contribuições sejam encaminhadas para o CONANDA que depois de sistematizada será apresentada na reunião plenária do CONANDA. Sobre a matéria, foi dado o seguinte encaminhamento: os conselheiros deverão remeter até o final do mês de abril as devidas contribuições via correio eletrônico. A Comissão socializará com os demais conselheiros pelo mesmo procedimento. Na plenária de maio ou junho a matéria deverá ser definida e encaminhada para análise jurídica e posteriormente com o Ministério Público Federal e assim abrir um debate sobre o tema sem que seja necessário fazer consulta pública. A Minuta foi elaborada tendo como base toda legislação que rege a criação dos Fundos Especiais, Decreto Criação do Fundo Nacional. A conselheira **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski (MNMMR)** solicitou esclarecimento a respeito de como seria dada a contribuição do Ministério Público Federal, ou seja, se o mesmo estaria contribuindo na elaboração do texto e se o mesmo estaria passando apenas pelo crivo do Ministério Público enquanto órgão fiscalizador. Sobre essa colocação a Presidente do CONANDA colocou que de acordo com o ofício encaminhado pelo Ministério Público a intenção é discutir o documento, sendo assim, é preciso verificar a metodologia que deverá ser utilizada para a discussão e de que forma as contribuições serão incorporadas. Ainda sobre a matéria,

a Dra. Carmem Oliveira (Vice Presidente do CONANDA) sugeriu que o documento fosse embargado dentro do CONANADA, ou seja, só os conselheiros teriam acesso ao mesmo, desta forma, o referido documento não estaria liberado para a circulação fora do âmbito do CONANDA. A conselheira Glícia Thais Salmeron de Miranda (OAB) externou as suas preocupações em relação ao destaque dado ao Ministério Público, colocando que não via necessidade de passar pelo crivo do mesmo, um documento construído por esse colegiado, uma vez que, existem no mesmo, pessoas capazes de produzir a mesma interpretação que o Ministério Público pode oferecer ao que foi construído por esse Conselho. Colocou ainda, entender o posicionamento do Ministério Público no que se refere a analisar e verificar quanto a legalidade ou não, sobre o que foi construído pelo Conselho. Acrescentou ainda, que se o Ministério tem autonomia para tal ação, a OAB, o Poder Judiciário também podem propor o mesmo. O Sr. **Benedito Rodrigues dos Santos (SE/CONANDA)** colocou que o momento não era propício para debater quem tem ou não direito de opinar acerca do documento e sim definir a natureza de circulação do documento da forma como o mesmo se encontra, visto que, o documento ainda não é do CONANDA, portanto, o que foi socializado era apenas um posicionamento do CONANDA. Devido a impasses criados, a Presidente do CONANDA, procedeu a leitura do ofício encaminhado pelo Ministério Público, a saber: *"Assunto: Discussão sobre a operacionalização dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sra. Presidente, venho manifestar a V.Sa. a preocupação acerca dos termos da resolução em trâmite para definir parâmetros para operacionalização dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Solicito a oportunidade... de sua discussão pelos membros do Ministério Público Federal."* Na seqüência, a conselheira **Tiana Sento-Sé (IBISS)** relatou que no período em que havia sido presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro e quando o Ministério Público manifestou interesse em contribuir com o Conselho, o mesmo havia acabado com uma resolução do referido Conselho. Sendo assim, é preciso ter cuidado com o que é responsabilidade dos conselheiros do CONANDA. O Sr. **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)** solicitou aos conselheiros que fossem mais propositivos, para tanto é indispensável ter definido o que realmente se almeja, sendo assim, deve-se focalizar a energia na análise do documento. Na continuação, a Dra. Carmem Oliveira (Vice Presidente do CONANDA) propôs sair da reunião com um encaminhamento a respeito da matéria, portanto, é preciso definir se haverá consulta pública ou não, como também estabelecer a data em que a mesma será realizada. Na

continuidade, opinou que a Resolução "in loco" era uma das mais polêmicas que o CONANDA estava tratando, deste modo, é preciso que haja consenso com a finalidade de que se tenha a garantia de ter Fundos fortalecidos na sua legalidade. Sugeriu ainda, que a segunda Consulta Pública fosse feita entre o mês de junho e agosto. O Sr. **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)** solicitou que houvesse consenso quanto a Consulta Pública. Após debate e contribuições colocadas definiu-se: a Minuta será colocada para a Consulta Pública; em junho o CONANDA deverá aprovar a versão Minuta para encaminhar para a Consulta; na plenária do mês de agosto a mesma será apreciada. Sobre o encaminhamento dado, a conselheira **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski (MNMMR)** sugeriu à Comissão que fosse estabelecido um calendário interno contendo todas as ações propostas com a finalidade do assunto não ser discutido na reunião plenária. Em relação à participação do Ministério Público, o mesmo deverá emitir suas contribuições na ocasião da Consulta Pública. A Presidente do CONANDA colocou ser prudente marcar uma reunião com o Ministério Público objetivando dar ciência da construção do documento. O conselheiro **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)** encaminhou para a plenária a respeito da composição da Comissão de Chancela do Ministério do Esporte e da reestruturação interna, em função dessa reestruturação, o Ministério do Esporte está indicando novos conselheiros um da sociedade civil e outro governamental como representantes do CONANDA nessa Comissão. Desta forma, os nomes para compor ou recompor essa Comissão: José Ricardo Caporal e Douglas Morato Ferrari. Encaminhamento colocado em votação, sendo o mesmo aprovado por todos os membros presentes. A Comissão de Orçamento e Finanças solicitou aos conselheiros que trouxessem um relato ou ofício dos respectivos Ministérios com o parecer sobre os cortes e contingenciamento dos recursos referentes à criança e ao adolescente, ou seja, dos programas e ações referentes à criança e ao adolescente. Foi sugerido ainda, que nos meses de julho ou agosto fosse realizado um Seminário referente ao PL Orçamentário para o ano de 2009. Na continuidade, a Dra. Carmem de Oliveira (Vice Presidente do CONANDA) informou que o Decreto de Contingenciamento ainda não havia saído, mas que já havia sinalizações de que o mesmo seria deliberado nos próximos dias. Na sequência fez um relato sobre os valores contingenciados em torno de 20% dos diferentes órgãos do Governo Federal com exceção de saúde, educação e segurança que foi colocado o máximo de 15%. O contingenciamento não é um corte propriamente dito, ou seja, é um dinheiro que não se pode mais buscar. Ele é apenas

um momento, uma reserva feita para não ser convênio ou repassada, esse recurso. A Comissão de Orçamento e Finanças nos dois últimos anos conseguiu recuperar a integralidade dessa Proposta Orçamentária, visto que, tudo depende de um poder de negociação, depende de disponibilidade financeira do Orçamento da União. As recomendações recebidas quanto a estes cortes foram: Primeiro, garantir as transferências obrigatórias, especialmente os Ministérios que operam Fundo a Fundo, como o SUS, SUAS, Ministério da Educação; Segundo, as obras do PAC; e terceiro, garantir as metas físicas e financeiras acordadas nas diferentes Agendas, no caso da Agenda Social da Criança e do Adolescente, a SEDH especificamente a SPDCA está trabalhando para garantir que as metas proposta dentro da Agenda Criança e Adolescente, como responsabilidade da Secretaria, estejam plenamente asseguradas. Previsão Orçamentária de 2000 a 2008, por Programas. Na seqüência, a Dra. Carmem de Oliveira fez um relato dos valores disponibilizados para os Programas e de toda a evolução orçamentária da SPDCA e Fundo. O Fundo Nacional está ampliado na proposta do PL. O total autorizado pela LOA de 2008 é operar com o valor de 117 milhões. Com relação aos valores creditados no GAP - Gestão de Administração Pública, informou que os valores de R\$ 3.700.000,00 (três milhões e setecentos mil reais) foi colocado no colocado de forma equivocada dentro do Fundo de Garantias, sendo que, em ano de Conferência Nacional a GAP financia a Conferência. Por equívoco da Comissão, a GAP que seria para o financiamento do III Congresso, foi colocada do lado do Fundo e não do lado da SPDCA. Diante disso, a opção seria retirar, pois é Fonte 100, ou seja, retirar Fundo e migrá-lo para Unidade Orçamentária da SPDCA, mas não seria viável fazer essa operação por uma série de fatores. O que está no Fundo é do Fundo. O referido valor citado não pode ser desconsiderado uma vez que o mesmo foi projetado para o III Congresso Mundial, diante do fato exposto o encaminhamento ideal seria a redistribuição de forma que o orçamento do Fundo possa financiar algumas ações da Agenda da SPDCA estaria fazendo. Para tanto, é necessária a deliberação do CONANDA, acordando que a GAP do III Congresso seja remanejada. Ainda sobre a matéria, solicitou aos conselheiros que fosse feita a discussão e deliberação da redimensão proposta para a construção, por indicativos feitos na Assembléia anterior envolvendo alteração de capital e de custeio. Passada a palavra aos presentes, a conselheira **Maria Júlia (MNMMR)** perguntou quem estava organizando o Congresso e qual a atribuição do CONANDA mesmo. A Dra. **Carmem de Oliveira (Vice Presidente do CONANDA)** esclareceu

que o III Congresso está sendo sediado pelo governo brasileiro com a colaboração do UNICEF e ECAPT, sendo que na reunião do dia anterior havia sido deliberado a participação do CONANDA na pessoa da conselheira Maria Luiza para compor o Grupo Nacional. Na continuação, foi feito debate com considerações sobre a matéria, sendo aprovado o encaminhamento da Dra. Carmem de Oliveira sobre a GAP. Na continuidade, o conselheiro **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)** colocou em processo de deliberação: a) o recurso ajustado de R\$ 3.186.000,00 (três milhões, cento e oitenta e seis mil reais) da PROSINASE; b) registrar que na Comissão de Orçamento e do entendimento junto à Secretaria de Direitos Humanos que o contingenciamento é indevido em relação ao Fundo. Colocado em votação os encaminhamentos citados acima, sendo os mesmos aprovados por todos os membros do Conselho.

3 - RELATOS DA COMISSÃO DE POLITICAS PÚBLICAS - VOTAÇÃO DAS MATÉRIAS.

O conselheiro **Fábio Feitosa da Silva (UBEE)** iniciou o seu relato abordando a matéria da Agência Nacional de Proteção do Direito da Criança e do Adolescente colocando que a proposta da mesma é criar um parecer do CONANDA sobre o projeto do Cristóvam Buarque, com assinatura dos Ministérios, instituições que compõe o CONANDA. E como encaminhamento informou o seguinte: a Secretaria Executiva irá resgatar as notas técnicas do CONANDA, da SPDCA e do MDS, notas técnicas, que segundo informações, já foram feitas inclusive audiências com o Senador sobre a matéria, sendo assim, o material deverá ser resgatado para que o CONANDA possa elaborar o parecer e encaminhar para os conselheiros objetivando a sua aprovação na reunião do mês de maio, acrescentando que a posição do CONANDA era contra a Agência e da existência de um parecer do CONANDA de tempo anterior afirmando o seu posicionamento em relação à agência. Os Conselheiros Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente do CONANDA) e Benedito Rodrigues (SE/CONANDA) afirmaram não existir parecer do CONANDA sobre a matéria colocada. O Sr. Benedito Rodrigues (SE/CONANDA) informou que o parecer existente já havia sido encaminhado pela SPDCA para a respectiva Comissão. Na seqüência, o conselheiro **Fábio Feitosa da Silva (UBEE)** mencionou que o MDS tinha um parecer, solicitando que o mesmo fosse resgatado e assim construir o parecer do CONANDA. A Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente do CONANDA)** perguntou se Comissão há havia lido os

pareceres circulados da SPDCA e do Projeto de Lei. Sobre a matéria, a conselheira **Miriam Maria José dos Santos (Salesianos)** esclareceu que na época em que o Fernando era o presidente do CONANDA, o mesmo esteve à frente dessa discussão com o professor Cristóvam Buarque. Houve uma audiência com o professor e o CONANDA onde se concluiu definitivamente que ele era contra a criação da agência, sendo que na época existiram diversas discussões e as mesmas constam em atas. A **Sra. Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente do CONANDA)** informou que as informações dadas pela Conselheira Miriam (Salesianos) não constavam em Atas e nem nos arquivos. Logo em seguida questionou a Comissão quanto a posição da mesma em relação à leitura atual do PL e dos pareceres da Comissão e qual o ponto que a mesma destacou, afirmando da necessidade de construir a estrutura do parecer. O relator da Comissão que a propôs que o assunto "in loco" retornasse para a Comissão para que seja elaborado o parecer a partir do PL. A conselheira **Cristina de Fátima Guimarães (SEPIR)** propôs resgatar as informações necessárias com o Sr. Fernando e SPDCA para que o assunto fosse apreciado na reunião de maio. Sugestão acatada pela Sra. Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente do CONANDA) que complementou que fosse solicitado também o parecer do MDS, bem como consultar, o Fernando (ABONG) se na época em que o assunto foi debatido foi produzida algo consistente, como ofício, nota técnica ou audiência pública. Na continuidade, o relator da Comissão apresentou a programação para a Plenária Descentralizada que será realizada na cidade de Natal no Rio Grande do Norte na Assembléia Legislativa no período de 13 a 15 de maio de 2008. Passada a palavra para os presentes, os conselheiros definiram conjuntamente com a Comissão, planilha de voo; visitaçãõ; horário de chegada e retorno; locais para as refeições; programação do evento; temas dos debates; metodologias, objetivos, metas a serem alcançadas. A conselheira **Solange Stella Serra Martins (MDS)** sugeriu ser importante e necessário que os conselheiros tivessem total domínio sobre o Plano Nacional, para tanto se faz necessário promover momentos de leitura, discussão coletiva e detalhada antes da realização da Assembléia Descentralizada, pois isso permitiria levantar questões, avaliar o que está ou não detalhado dentro do Plano. Na continuidade definiu-se que constará da programação: visitaçãõ, Audiência Pública, debate do Plano Nacional. Quanto à metodologia será agendada uma reunião com o Comitê, sendo que este item deverá ser discutido na plenária e contar com a presença do Conselheiro Onofre (ABMP) e assim fechar toda a programação. Dando prosseguimento aos relatos, o

Conselheiro Fábio Feitosa da Silva (UBEE) apresentou a proposta de Política Nacional da Criança e do Adolescente, tema apreciado e deliberado na plenária do mês de março, mas voltou para a Comissão onde está sendo ratificado o encaminhamento dado pela Comissão quanto a definição e contratação da consultoria para construir subsídios para a elaboração da proposta para a Política Nacional da Criança e do Adolescente a partir da sistematização e análise da constituição de documentos das sete Conferências Nacionais e Planos Nacionais, portanto a referida proposta já está aprovada. Sobre a matéria, a Dra. Carmem Oliveira (Vice Presidente do CONANDA) informou que o processo de formalização do convênio da proposta é de três meses. Logo em seguida, o relator teceu breve comentário sobre os Parâmetros para normatização dos Abrigos, colocando da proposta que tem como encaminhamento enviar ofício ao Conselho Nacional de Assistência Social solicitando reunião com as duas Comissões CONANDA/CNAS, no dia 06 de maio para definição do documento e apresentação à consulta pública no período de abril a 30 de maio, sendo assim, é necessário que os conselheiros leiam o documento e encaminhem as propostas e contribuições via e-mail para o CONANDA e com cópia para a conselheira Solange (MDS), até o dia 22 de abril. A conselheira Solange (MDS) fará a sistematização e encaminhará para os Conselheiros até o dia 25 de abril. A matéria "in loco" será revisto na plenária de junho. Na seqüência, o relator propôs incluir no grupo de discussão da Adoção Internacional os conselheiros Romão (MJ) e Onofre no dia 10 de maio, sendo que a proposta de trabalho é a realização de uma Oficina de Saúde Mental. Na continuidade informou aos conselheiros que a proposta da Oficina se encontrava nas respectivas pastas com todo o detalhamento. Após debate e contribuições, o relator solicitou que fosse definido o mês em que seria realizada a Oficina, objetivando assim, dar continuidade a todo o processo de organização da mesma. Sobre a solicitação feita pelo relator, a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente do CONANDA) informou que a realização da Oficina poderia ser no mês de agosto, sendo que o local da mesma seria em Belo Horizonte. Dando continuidade aos relatos da Comissão, o relator colocou a respeito do Retorno da Reunião da Comissão Interministerial do SINASE, informando para os conselheiros que o relatório da matéria se encontrava na pasta, para que os mesmos pudessem fazer uma leitura aprofundada. O encaminhamento dado pela Comissão foi: em relação ao CIAGO, a Comissão está propondo encaminhar ofício ao Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, do DF, ao Governador do Distrito Federal e à Promotória

solicitando parecer sobre a situação do CIAGO. Com relação ao encaminhamento, a **Dra. Carmem Silveira de Oliveira (Vice-presidente CONANDA)** sugeriu uma reunião chamando os atores no Conselho agregando à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital, a Deputada Érica Kokay, visto que, a mesma é uma das Deputadas Distritais mais envolvidas com a temática. Na seqüência, foi relatado sobre a Reunião da Oficina de Aprendizagem, tendo como objetivo a construção de um decreto, que regulamenta a aprendizagem técnica à distância. A data prevista para a referida Oficina é no 11 de junho. A assembléia considerou Aprovada a Oficina no dia 11 de junho. O Conselheiro **José Ricardo Calza Caporal (FBACM)** solicitou para a Comissão que na próxima reunião trouxessem o PL 5186. O conselheiro **Benedito Rodrigues (SE/CONANDA)** apresentou a Sra. Rose, do IBAM e a seguir informou do projeto de atualização dos cadastramentos dos Conselhos de Direitos e Tutelares em todo o país, por esse motivo a presença do IBAM. Logo em seguida, a Sra. **Rose - (IBAM)** fez um breve relato sobre a deliberação do CONANDA a respeito do cadastro dos Conselhos Municipais e Tutelares nos 5.564 municípios brasileiros. A partir da deliberação, o IBAM elaborou um formulário, o qual foi encaminhado em função da calamidade pública que se instalou em vários municípios em virtude do desabrigo causado pelas fortes chuvas, sendo assim, é necessário que seja feita à divulgação, para tanto, é necessário ter o apoio dos conselheiros divulgando através de suas redes, presenciais e virtuais.

4 - RELATOS DA COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO

A Sra. **Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente do CONANDA)** apresentou para os demais membros a nova integrante do Conselho, a Sra. **Luciana Faria Alves (Aldeias Infantis - SOS Brasil)**, sendo a mesma designada para compor a **Comissão de Mobilização**. A relatora iniciou colocando da necessidade de definir o Coordenador da Comissão, visto que, foi sugerido o nome do Dr. Romão (MJ), o mesmo aceitou o convite para integrar a Comissão e não como coordenador. A outra questão colocada foi referente ao encontro com os Conselhos de Direitos e os temas que serão abordados no encontro, sendo definido o mês de agosto para a articulação do encontro, sendo que ainda a Comissão deverá definir a temática com mais precisão. Sobre os Conselhos Tutelares, a relatora informou que o Sr. Carlos Nicodemos já havia apresentado o documento e o mesmo havia sido encaminhado para a Presidente do CONANDA. A conselheira **Tiana Sento-Sé - (IBISS)**

complementou que o Sr. Carlos Nicodemos apresentou um documento com todas as demandas encaminhadas ao CONANDA, assim como, as consultas encaminhadas pelos Conselhos Tutelares para o CONANDA, essas questões foram todas sistematizadas no documento, o qual foi colocado em consulta pública e nessa ação, os Conselheiros Tutelares, Conselhos de Direito deram contribuições, as quais foram sistematizada e agregadas ao documento, portanto, a partir das contribuições o Sr. Carlos Nicodemos vai fazer uma proposta de minuta, de resolução. A Minuta será entregue até o dia 28 de abril, na ocasião a mesma será encaminhada para os conselheiros e assim proceder a uma consulta interna. Na continuação, o conselheiro Benedito Rodrigues (SE/CONANDA) informou que os Conselhos Tutelares apresentaram uma proposta que culminará com o processo. Na Conferência dos Conselhos Tutelares que acontecerá no mês de novembro, solicitaram que o CONANDA se unisse a eles em marcha para o Congresso e apresentar o Projeto de Lei. Prosseguindo com os relatos da Comissão, a relatora informou sobre o portal do CONANDA. As jornalistas apresentadas na reunião passada trouxeram para a reunião o esboço elaborado do portal. Corroborando com a relatora, a Conselheira Tiana Sento-Sé (IBISS) informou que as jornalistas estavam fazendo o *e-group*, a partir da dessa criação elas remeteram uma carta para que as pessoas aceitassem entrar no *e-group*. Diante às dificuldades de ser ".gov" encaminhou, para que fosse optado pelo '.org', mantendo o site do CONANDA, 'conanda.gov', que está perdido. Desta forma, as profissionais vão retrabalhar esse site. Sendo assim, o site fica 'conanda.gov' e o portal criança e adolescente ficaria '.org'. Foi negociado mais 15 dias para que o conselheiro Benedito Rodrigues (SE/CONANDA) continuasse nas negociações com o SERPRO, para que o SERPRO hospedasse o portal. Com a finalidade de agilizar a matéria, o Sr. José Caporal (FBACM), colocou que os conselheiros confiassem na Comissão, quanto à questão apresentada, pois o mundo novo da informática traz uma dinâmica muito rápida. O encaminhamento sugerido foi: a Comissão deverá remeter para todos os conselheiros por e-mail os devidos esclarecimentos e na próxima plenária de junho, seja marcado um momento para apreciar e deliberar a matéria. O conselheiro Eduardo Basso colocou que sendo 'org' ou sendo 'gov', o importante era manter a hospedagem do SERPRO. Diante dos impasses criados devido a divergências de opiniões acerca da matéria, a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira (Presidente do CONANDA) enfatizou ser urgente a tomada de decisão com o objetivo de não atrasar todo o cronograma e o lançamento previsto para o dia 13 de junho,

além do mais tem que ser levado em consideração o convênio que tem duração de dois anos.

5 - Informes:

- O conselheiro **Manoel Onofre de Souza Neto (ABMP)** informou sobre a Justiça Juvenil - marco da doutrina da proteção integral que será realizada nos dias: 24, 25, 26 de abril no Rio Grande do Norte; nos dias 7 a 9 de maio será no estado de Goiás e Distrito Federal; 14 a 16 de maio no Espírito Santo e 29 a 31 de maio, em Alagoas e Sergipe. Logo em seguida, colocou ser importante que os membros do CONANDA de façam presente nesses eventos. Informou ainda, a respeito da ligação de uma Promotora de Justiça da Paraíba, que solicitou que fosse informado para este Conselho a respeito da Marcha da Maconha que será realizada no dia 8 de maio em oito capitais, a saber: Cuiabá, Curitiba, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.
- O Conselheiro **Fábio Feitosa da Silva (UBEE)** informou que no dia 27 de abril estará sendo realizada a Conferência Nacional da Juventude, a seguir disponibilizou-se para representar o CONANDA no evento.

6 - ENCAMINHAMENTOS

1 - Apreciação da Minuta sobre os Fundos dos Direitos e informes da Comissão de Orçamento e Finanças. Encaminhamento: os conselheiros deverão remeter até o final do mês de abril as devidas contribuições via correio eletrônico. A Comissão socializará com os demais conselheiros pelo mesmo procedimento. Na plenária de maio ou junho a matéria deverá ser definida e encaminhada para análise jurídica e posteriormente com o Ministério Público Federal e assim abrir um debate sobre o tema sem que seja necessário fazer consulta pública. Nacional.

2 - Comissão de Orçamento e Finanças: solicitou aos conselheiros que trouxessem um relato ou ofício dos respectivos Ministérios com o parecer sobre os cortes e contingenciamento dos recursos referentes à criança e ao adolescente, ou seja, dos programas e ações referentes à criança e ao adolescente.

3 – Apoio ao Movimento do 12 de junho Contra Erradicação do Trabalho Infantil: 18 de maio.

4 – Participação do Fábio Feitosa da Silva (UBEE) na Comissão do grupo dos 18 anos do ECA.

5 – Atas: deverá ser encaminhada as devidas contribuições via correio eletrônico para a Secretária Executiva objetivando que as mesmas sejam atualizadas.

ITEM 7 – ENCERRAMENTO

A Sra. Presidente Maria Luiza Moura Oliveira (CONANDA) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DAS 161ª ASSEMBLÉIA
ORDINÁRIA DO CONANDA –
Brasília 15, 16, 17 DE ABRIL DE 2008

A plenária deliberou por:

Trabalho Infantil

1) Reiterar o apoio e engajamento dos conselheiros nas mobilizações do dia 12 junho – DIA MUNDIAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL e encetar esforços junto a Presidência da República no sentido de solicitar o Presidente que assine decreto sobre as piores formas de trabalhos infantil, o quanto antes possível. Acatando a proposta do Representante da OIT a plenária avaliou por bem indicar um período de interesse do movimento de erradicação do trabalho infantil para que a assinatura do documento que vai dia 28 de abril – Dia Nacional da Segurança no Trabalho ao 12 de junho (em razão do dia de luta contra o trabalho infantil).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Fundos

2) Definir um cronograma de apreciação e votação da minuta de parâmetros para criação e financiamento dos fundos Municipal, Distrital, Estadual e Nacional.

- Os membros da Comissão de Orçamento e Finanças encaminharão aos conselheiros do Conanda antes do dia 15 de maio de 2008, propostas sobre as formas de captação de recursos: Genérica – aberta, Focada –destinada, Chancela para complementar o a minuta de resolução e os seus anexos.

- Os conselheiros terão prazo até o dia 15/05/08 para remeter à Secretaria Executiva suas contribuições.

- A minuta será apreciada na Assembléia Ordinária de Junho de 2008. Na oportunidade deverão ser convidados o Ministério Público Federal (MPF) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

- A minuta será submetida à consulta pública entre os meses de junho e julho.

- A minuta será submetida à votação em agosto de 2008.

Orçamento Criança

3) Monitorar e analisar o impacto dos cortes do orçamento realizado pelo Congresso Nacional e das propostas de contingenciamento de 20% em políticas e programas destinados a Infância e Adolescência. ~~na nota de 15 de maio de 2008~~

- Oficiar os ministérios, solicitando respostas até o final de maio de 2008. -> não existe

- Analisar o impacto do contingenciamento dos programas voltados para infância e adolescência e definir estratégias de ação para o descontingenciamento na plenária de junho de 2008. não existe

Orçamento de 2008 – Fundo Nacional para Criança e Adolescente

- 4) Aprovar a utilização de R\$3.186.574,00 dos recursos do Fundo na ampliação e reformas das unidades de internação. *mas não está claro isso. pg. 20.*
- 5) *K* Alterar de rubrica o GAP do FNCA no valor R\$ 3.700.001,00 transformando o montante em recursos de custeio para apoio de ações do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos, particularmente destinadas às ações da agenda social, em razão do Fundo não pode ter GAP a não ser para a realização das conferências dos direitos da criança e do adolescente.

Projeto Chancela – Conanda Ministério dos Esportes

- 6) *K* Referendar os nomes de José Ricardo Calza Caporal e Douglas Morato Ferrari, para compor a Comissão de Chancela.
- 7) Apoiar o pedido de suplementação de recursos orçamentários do Ministério dos Esportes (orçado em R\$ 1.000.000,00), após demonstração da necessidade técnica, em razão de valor maior destinados FNDCA para os projetos de esportes, no ano de 2008. *não está claro.*

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PL de criação da Agencia Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- 8) Subsidiar a Comissão para posicionamento na reunião da Comissão de Maio de 2008:

- K* - Resgatar as notas técnicas do CONANDA, da SPDCA e do MDS a fim de elaborar um parecer do CONANDA.
- K* - Entrar em contato com o ex-conselheiros Fernando para resgate da audiência realizada com Cristóvão Buarque.
- Verificar situação do processo do PL no Senado. *não está claro.*

Assembléia Descentralizada Maio/2008.

- 9) Aprovar as linhas gerais da proposta de Programação da Assembléia Descentralizada no Rio Grande do Norte nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2008 com as sugestões realizadas pelos participantes da Plenária. *K*

- Focalizar na revisão do Plano de Enfrentamento da Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

- Realizar visitas à entidades locais pela manhã e uma leitura crítica do Plano Nacional de Enfrentamento à violência sexual, pela tarde.

- Delegar o detalhamento da metodologia e o conteúdo a Mesa Diretora do Conanda após reunião com o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfretamento da Violência Sexual para discutir as competências e procedimentos do processo de revisão do referido Plano.

10) Recomendar a chegada dos conselheiros no 12 à noite e aprovar a emissão de passagens dos conselheiros não-governamentais para possibilitar a chegada nas vespersas da Assembléia.

Política Nacional para Criança e Adolescente

11) Reiterado a solicitação de contratação de consultor para a sistematizar, analisar e construir subsídios - por meio das sete Conferências Nacionais de Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA) e Planos Nacionais - para a elaboração da Proposta da Política Nacional da Criança e do Adolescente, tão logo haja viabilidade orçamentária via cooperação internacional.

Parâmetro para normatização dos abrigos

12) Prorrogar o prazo para o envio de contribuições dos conselheiros para o documento proposto pelo MDS e apresentado às comissões de políticas públicas do CNAS e Conanda, para até o dia 25 de abril. As contribuições devem ser encaminhadas para o e-mail do CONANDA com cópia para Solange.

13) Propor data da reunião conjunta CONANDA/CNAS para apreciar as reformulações realizadas no documento para o 06 de Maio de 2008.

Oficina de Saúde Mental e adolescente privados de liberdade

14) Aprovar a proposta da CPP de programação da Oficina Saúde Mental. O objetivo da oficina é discutir e definir fluxos operacionais - para do atendimento em saúde mental dos adolescentes privados de liberdade - com especialistas e atores do SGDCA. Deverá contar com a participação dos conselheiros que possuem mais afinidade com o temática e não da totalidade dos conselheiros e deverá ocorrer em Brasília.

Gestão compartilhada de unidades de privação de liberdade

15) Estabelecer estratégias de mediação do conflito do Centro de Internação do Distrito Federal e de observança do SINASE.

- Oficiar o Conselho Distrital de Direitos da Criança e do Adolescente solicitando providência e informações sobre a situação no CIAGO.

- Convidar os atores do SGD do DF para exporem situação do CIAGO. Na oportunidade devem ser convidados também representantes do FONACRIAD. O GT de Acompanhamento do SINASE deverá coordenar esse processo.

Oficina de Aprendizagem

16) Suspender da realização no dia 11 de junho, por ser um dia antes da mobilização do dia 12 de junho e realizar um encontro do GT Aprendizagem antes, em maio, para organizar a oficina.

Fluxos da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente

17) Convidar a direção da ABMP para apresentar o trabalho de construção dos fluxos de atendimento crianças em situação de trabalho infantil, de rua, de exploração sexual apresentado no Congresso da ABMP e discutir estratégias de participação do Conanda nesse processo de elaboração.

Adoção Internacional

- 18) Designar os conselheiros Manoel Onofre De Souza Neto e o Jose Eduardo Elias Romão para participarem da discussão sobre Adoção Internacional, junto a Autoridade Central.

Oficina de Monitoramento da Política Nacional da Criança e do Adolescente

- 19) Aprovar a realização de uma oficina sobre o monitoramento e avaliação de políticas públicas e designar os seguintes conselheiros para apresentar proposta para a Comissão: Solange Stella Serra Martins, Fabio Feitosa da Silva, Thereza de Lamare Franco Netto e Benedito Rodrigues dos Santos.

Acompanhamento PL 1627/2007 - SINASE

- 20) Realizar um levantamento dos nomes de Deputados que tenham maior afinidade com a temática para compor a Comissão Especial e articular com os líderes de partidos.

Cemitérios Clandestinos

- 21) Constituir uma comissão para acompanhar/ investigar os casos de cemitérios clandestinos, a ser composta por representantes da CDDPH, defensoria pública do município, Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente - Ceará (CEDCA-CE) e designar a conselheira Maria Aurilene Moreira Vidal para representar o Conanda.

VIII Conferência

- 22) Confirmar local e data reservadas no Centro de Convenções para realização VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - 2009

COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO

Coordenação da Comissão de Mobilização

- 23) Estabelecer o prazo de até a próxima Plenária de Maio para o segmento governamental designar a coordenação. Terminado esse prazo a Comissão deve eleger um membro não-governamental para sua Coordenação.

Comemoração dos 18 anos do ECA

- 24) Ratificar a proposta de celebração dos 18 anos do ECA apresentada pelo Grupo de 18 anos do ECA do qual o Conanda é parte da Coordenação. A proposta inclui a mobilização nacional no dia 11 de julho com audiência pública com as crianças e adolescentes, assinatura de carta compromisso dos candidatos a prefeito com a plataforma direitos da criança e do adolescente e celebrações artístico cultural. A carta-compromisso 18 anos do ECA e 18 compromissos foi enviado para todos os conselheiros e apreciada pela Comissão que ofereceu contribuições à Coordenação do Grupo 18 anos. O documento ainda segue em apreciação até dia 17 de abril de 2008.

- 25) Indicar o conselheiro Fabio Feitosa da Silva para participação na Comissão de Legislação do Grupo 18 anos do ECA em nome do Conanda.

Mobilização e articulação dos Conselhos de Direitos

26) Aprovar as linhas gerais do encontro dos conselhos de direito em agosto/ 2008 apresentadas pela Comissão ao Plenário.

Normatização da criação e funcionamento dos conselhos tutelares (revisão da Resolução nº 75)

27) Estabelecer o prazo de até o dia 28/04/2008 para o conselheiro apresentar a minuta de nova resolução indicando as alternativas para os pontos polêmicos.

Portal da Criança e do Adolescente e Site do CONANDA

28) Aprovar, por intermédio de voto de confiança, a recomendação da Comissão de que o domínio do Portal da Criança e do Adolescente seja Ponto ORG conectado ao site do Conanda Ponto GOV. A plenária avaliou a necessidade da presença dos técnicos do Portal para explicarem as diferenças entre os domínios ORG e GOV.

29) Estabelecer prazo de duas semanas para a chegada possibilidade de hospedar o site e o portal no SERPRO, considerada a melhor solução. Caso essa possibilidade não se efetive, acordou-se que a equipe de Comunicação em conjunta com a Secretaria Executiva elejam o melhor provedor para a hospedagem do Portal.

Projeto Sistema de Informação Portal Políticas para Infância

30) Aprovar a realização de um estudo de viabilidade de aquisição do Sistema de Informação desenvolvido pela L& Consultoria.

Projeto de Sistema de Informação Técnico Parlamentar

31) Solicitar a Secretaria Executiva, aprovação realizada no âmbito da Comissão de Mobilização, providências no sentido de elaborar de um projeto de desenvolvimento de sistema de informação técnico-parlamentar com base no banco de dados de pareceres de projetos de lei elaborado pelo CECRIA, em parceria com a Frente Parlamentar, Fórum DCA, UNICEF e o INESC. O projeto deverá posteriormente ser apreciado pela Comissão e Plenária do Conselho.

APROVAÇÃO DAS ATAS

32) Continuar as discussões sobre o problema das atas por e-mail e buscar soluções mais efetivas para que as firmas contratadas entreguem produtos de melhor qualidade técnica e nos prazos estabelecidos.

33) Aprovar a Ata da 159ª. Assembléia via email, após o estabelecimento de prazos para contribuições e a incorporação das mesmas.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA
161ª Assembléia Ordinária
Brasília, 15, 16 e 17 de abril de 2008

Dia 15 de abril de 2008 (Terça-Feira)

10:30hs Reunião do GT Aprendizagem no Ministério da Educação

Local: MEC – Anexo II, sala 119

Pauta: Aprendizagem à Distância.

10:30hs Reunião GT P.L. Medidas Socioeducativas.

Local: MJ, anexo II, sala 422

14:00hs Reunião das Comissões

Sugestão de Pautas (a ser continuada no dia subsequente):

Comissão de Mobilização e Capacitação – CMC/Conanda

Local: MJ, Anexo II, sala 421

- Definição de composição, coordenação e Relatoria da Comissão
- Detalhamento do Plano de Comemoração dos 18 anos do ECA
- Discussão da proposta de Participação na Campanha Plataforma para os Candidatos a Prefeito da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e Adolescente.
- Discussão do “Menu” do Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente” e apresentação do Layout do Portal com as Jornalistas do Convênio Andi/CIPÓ.
- Apresentação das linhas para elaboração projeto Banco de Pareceres e Assessoria Parlamentar (INESC, UNICEF, Conanda).

Comissão de Orçamento e Finanças – COF/Conanda

Local: MJ, anexo II, sala 422

- Informes sobre o andamento do edital
- Discussão da Minuta de Resolução do Fundo
- Discussão sobre a definição GAP/ Conanda
- Discussão Estratégias de Captação de Fundos 2008 (TOR e campanhas)
- Discutir encaminhamentos da proposta do MJ de repasse dos recursos da adoção internacional para o Fundo Nacional

Comissão de Políticas Públicas – CPP/Conanda

Local: MJ, Ed. Anexo I Sala 108

- Definição da Relatoria da Comissão (permanente? Rotativa?)
- Elaboração de uma proposta de posicionamento do Conanda sobre a criação da Agência Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente e de participação na reunião com o Senador e na audiência pública a ser votado pela plenária.
- Apreciação do Relatório de Monitoramento do Plano Presidente Amigo da Criança para votação do relatório em Plenária (já enviado)
- Apreciação da proposta de parâmetros para normatização dos abrigos para votação das sugestões do Conanda em Plenária (já enviado).

- Apreciação da Proposta de Definição da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo elaboração de Plano Decenal a ser (possivelmente) aprovado na Conferência Nacional dos DCA de 2009.
- Apresentação de proposta de oficina de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- Designação de conselheiros para propor encaminhamentos para questão da ADOÇÃO internacional.

Dia 16 de abril de 2008 (Quarta-Feira)

9h – 10h30 Continuidade da Reunião das Comissões

Local: MJ, anexo II, sala. 425

Comissão de Políticas Públicas:

- Continuidade das discussões da pauta da Comissão.

Comissão de Mobilização e Formação

- Detalhamento do Plano de Mobilização dos Conselhos de Direitos e Tutelares incluindo definição de objetivos e programação dos encontros de mobilização dos Conselhos de Direitos e Tutelares em junho e dezembro.
- Apresentação da sistematização geral das propostas recebidas na fase de consulta prévia para a revisão da Resolução 75 e apresentação do esboço da minuta de resolução, pelo Consultor Carlos Nicodemos.
- Detalhamento do Plano de Discussão, Consulta Pública e Aprovação da Minuta de Resolução e Projeto de Lei sobre a criação e o funcionamento dos conselhos tutelares.
- Discussão com o Senhor Luiz Carlos da L&C Consultoria do Sistema de Informação para os conselhos de direitos

Comissão de Orçamento e Finanças

- Continuidade da pauta de discussões.

11:00 hs. Momento de visita ao Congresso: Lobby pela Composição da Comissão Mista do PL 1627/2007 Medidas Socioeducativas

14h as 17h Pauta Coletiva sobre o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Informações:

- Apresentação do Balanço da Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
- Apresentação das estratégias do Comitê de Enfrentamento da Violência Sexual e da Comissão Interministerial para reedição do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.
- Apresentação do Programa de Enfrentamento da Violência Sexual em SPDCA.
- Apresentação da Programação do 18 de maio no Rio de Janeiro pela Comissão Interministerial.
- Apresentação da Proposta de Organização e Programação do 3o Congresso Internacional de Enfrentamento da Violência Sexual pelo Comitê Organizador Internacional.

Encaminhamentos:

- Apreciação e Aprovação da proposta de programação (objetivos e programa) da 162ª Plenária Ordinária Descentralizada do Conanda em Rio Grande do Norte.
- Discussão da proposta de participação do Conanda no 18 de Maio no Rio de Janeiro.
- Discussão da Participação do Conanda no 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual.

Dia 17 de abril de 2008 (Quinta-Feira)

Local: MJ, anexo II, sala 425

9h as 17h Sessão Plenária

MANHÃ

- Votação das Atas das Sessões 158, 159, 160
- Eleição das prioridades do Conanda para 2008.
- Apreciação da Minuta sobre os Fundos dos Direitos e informes da Comissão de Orçamento e Finanças.

TARDE

- Votação das matérias da Comissão de Políticas Públicas
- Proposta de posicionamento sobre a criação da Agenda Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais encaminhamentos da matéria.
- Apreciação do parecer da Comissão sobre o Relatório de Monitoramento do Plano Presidente Amigo da Criança.
- Apreciação do parecer da Comissão sobre a versão preliminar dos parâmetros para abrigamento
- Apreciação da proposta de Definição da Política e do Plano Decenal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente a ser votado pela Conferência Nac. DCA 2009.
- Votação de matérias da Comissão de Mobilização e Capacitação
- Proposta de participação na Campanha Plataforma para candidatos a prefeito da Frente Parlamentar.
- Votação do Plano de Comemoração dos 18 anos do ECA
- Plano de Discussão, Consulta Pública e Aprovação da Minuta de Resolução e Projeto de Lei sobre a criação e o funcionamento dos conselhos tutelares.
- Estudo de viabilização de aquisição do Sistema de Informação desenvolvido pela L&C Consultoria apresentada na reunião de fevereiro de 2008.